

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.638 - SP (2019/0249962-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : APARECIDO JOSE DA SILVA  
**AGRAVANTE** : JULIANA DE ALMEIDA NOGUEIRA GOMES  
**AGRAVANTE** : KAREN ROBERTA MIRANDA OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : Nanci Santos Benevides  
**AGRAVANTE** : EZILDINHA DE FATIMA AMANCIO SILVA  
**AGRAVANTE** : THEREZINHA MARIA DE JESUS DA SILVA  
**ADVOGADO** : RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983  
LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823  
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE020670

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial sob os fundamentos de incidência da Súmula n. 7 do STJ, ausência de violação do art. 1.022 do CPC/2015 e falta de comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ fls. 640/642).

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo dos recorrentes em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 474):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA SOBRE MULTA DECENDIAL. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

Seguro habitacional. Cumprimento de sentença. Incidência de juros de mora sobre multa decendial. Não cabimento.

A multa decendial deve ser limitada ao montante atualizado da obrigação principal, sem acréscimo de juros. Precedentes do Tribunal e do Eg. STJ. Renovação dos cálculos.

Recurso não provido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 609/616).

No recurso especial (e-STJ fls. 481/512), com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os recorrentes apontaram, além do dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 489 e 1.022, I e II, do CPC/2015, destacando a negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que "a r. decisão é omissa/contraditória ao reconhecer as condenações fixadas pela r. sentença, bem como a incidência de juros sobre as condenações, mas exclui esta rubrica (juros) do compute da multa decendial (a despeito de ela integrar a condenação e os pedidos iniciais), mesmo após o trânsito em julgado da r. sentença exequenda" (e-STJ fl. 487).

Indicaram ofensa aos arts. 389, 395 e 407 do CC/2002 e 200, 240, 332, § 1º, 503, 505, 507 e 508 do CPC/2015, afirmando (i) existência de coisa julgada quanto à incidência dos juros de mora e (ii) descabimento da limitação da multa decendial.

No agravo (e-STJ fls. 645/660), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 663/674).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

No caso, não assiste razão aos recorrentes, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos nos arts. 489 e 1.022, I e II, do CPC/2015.

Afora isso, quanto à multa decencial, o entendimento deste Tribunal Superior é de que ela está limitada ao valor da condenação principal, excluídos, portanto, a correção monetária e os juros moratórios. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. JUROS MORATÓRIOS SOBRE MULTA DECENCIAL. DESCABIMENTO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional. 2. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.383.622/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/4/2019, DJe 23/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. MULTA DECENCIAL LIMITADA AO VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O atraso no pagamento da indenização securitária, em contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, enseja o pagamento de multa decencial, limitada ao valor da obrigação principal. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.552.094/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 5/2/2019, DJe 14/2/2019.)

Dessa forma, encontrando-se a decisão estadual em consonância com a jurisprudência desta Corte, inarredável a aplicação da Súmula n. 83 do STJ.

Por fim, no que concerne à suposta existência de coisa julgada, o Tribunal de origem se pronunciou nos seguintes termos (e-STJ fl. 477):

Anoto, por oportuno, que no dispositivo da sentença que transitou em julgado e que

# *Superior Tribunal de Justiça*

está sendo executada não houve condenação em juros de mora sobre referida multa, como bem anotado pelo D. Juízo na decisão impugnada.

Rever esse entendimento a fim de acolher a alegação dos agravantes de ocorrência de coisa julgada – especialmente a tese de que houve condenação prévia quanto à incidência dos juros mora – demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência não admitida no âmbito desta Corte, a teor da Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA PARCIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. INTERPRETAÇÃO. LIMITES. AGRADO DE INSTRUMENTO. FIXAÇÃO DE PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS. CONTEÚDO DECISÓRIO. PRECLUSÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. NÃO CABIMENTO. ENUNCIADOS 282 E 356 DA SÚMULA DO STF E 7 E 83/STJ.

[...]

4. O acolhimento das alegações de ofensa à coisa julgada e de equívoco da perícia na elaboração dos cálculos dependeria de reexame de matéria fática, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

[...]

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.573.157/SC, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/3/2018, DJe 20/3/2018.)

Ademais, ressalte-se que esta Corte de Justiça possui entendimento de que a incidência da Súmula n. 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, por faltar identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual foi dada a solução pela Corte de origem.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator